

O ENSINO HERDADO DO FASCISMO

O ensino em qualquer país é indissociável da sua vida sócio-económica e política.

Nos países dominados pelos monopólios ele desempenha importante papel na reprodução entre classes sociais existentes no domínio ideológico pelas forças mais reaccionárias, na manutenção da injustiça social.

Entretanto em Portugal e sob o fascismo o Ensino adquiriu características específicas, particularmente duras para o progresso cultural das massas populares e dos estudantes.

É este ensino que em larga medida ainda existe, representando parte da herança legada pelos fascistas.

O anterior regime utiliza, com vista à prossecução dos seus objectivos, duas armas fundamentais: a selecção de classe nos diversos graus do ensino e um profundo obscurantismo que fez recair, não só entre as massas estudantis como sobre todo o Povo Português.

Sobre este ponto é eloquente, por um lado, o elevado índice de analfabetismo, que os estudantes já começaram a combater levando a cabo CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO. No plano escolar este ponto materializa-se pelo estímulo ao uso da "pedagogia" alienatória, de programa e quadros directivos fascizantes, de práticas militarizadas nas escolas, de pseudo-programas culturais e recreativos, o estímulo ao individualismo, dentre outros.

A selecção sócio-económica começava no ensino pré-primário — existente apenas para certos sectores da burguesia urbana — e continuava na escola primária, sector do ensino que abrangendo a maior massa escolar dispõe de um menor quantitativo de verbas.

Os índices de crise passam pelo número diminuto de escolas, reduzido tempo escolar, mau apetrechamento, número insuficiente de professores, além do mais, mal apoiados, receptividade e desígnios reaccionários nos meios rurais, dentre outros. O trabalho infantil é o indispensável, entre as massas trabalhadoras à manutenção de uma estrutura económica familiar precária. As desigualdades de classe traduzidas no plano alimentar, sanitário e de desenvolvimento físico, afectivo, apetrechamento escolar, influências culturais, dentre outras, modelam a criança desde cedo.

O ensino secundário, acessível apenas a uma minoria, encerra novo processo de selecção de classe, com a existência de duas 'vias' de ensino independentes e separadas, frequentadas por alunos recrutados em classes sociais diferentes e cumprindo funções distintas.

O ensino técnico-profissional treina os filhos das classes economicamente mais desfavorecidas para se tornarem futuros operários qualificados.

O ensino liceal canaliza os filhos das classes mais favorecidas para o acesso ao ensino superior — um conduz ao mercado de trabalho, outro ao exercício do poder político.

Urge diminuir a dupla via e sob pena de esta medida se esvaziar de sentido, avançar com a democratização mais geral do sistema educativo.

O regime fascista concentrava profundamente os seus esforços no ensino superior.

Importante meio de produção dos quadros ideológicos do regime, aquele servia ainda para a preparação de quadros técnicos que pela ausência de qualquer perspectiva social no ensino, à fortificação das condições de exploração nos centros de produção.

A história do ensino está profundamente inserida na história da dominação da grande burguesia monopolista e das latifundiárias.

Num contexto económico de dependência do imperialismo, em que não só os capitais como a técnica alheios eram utilizados para perpetuar a exploração da mão de obra no nosso país, não havia um estímulo ao desen-

volvimento das rudimentares estruturas educativas. Atestam-no o reduzido número de professores e instalações a sua fraca capacidade, o mau apetrechamento o dimensionamento de investigação e o fraquíssimo apoio social ao aluno. Bebendo as suas raízes no fascismo e unificado por factores mais recentes, insere-se neste contexto o actual problema da superlotação escolar.

As escolas são, acompanhando a situação mais geral da sociedade portuguesa, micro-sistemas de repressão. As massas estudantis e em especial as universitárias mobilizam-se com a palavra de ordem, abaixo o fascismo. Desempenham um papel importante na luta contra o fascismo e o colonialismo, dentro e fora das escolas. O aparecimento da demagógica, falhada e pretensa "Reforma de Veiga Simão", além de inserido num momento de adaptação da burguesia nacional à manutenção das dispendiosíssimas e impopulares Guerras Coloniais, insere-se na pressão de lutas levadas a cabo pelas massas estudantis e professores progressistas, além de refletirem a necessidade de captação de sectores de pequena burguesia através de sua pretensa "liberalização". Qualquer reforma do ensino em Portugal pressuporia a transformação radical da sociedade. O primeiro passo para tal objectivo seria a eliminação do fascismo e do colonialismo. A "Reforma de Veiga Simão" morreu nos escombros de um aparelho putrefacto que era o aparelho de estado fascista.

Amplas possibilidades se colocam desde já para uma alteração radical das estruturas do Ensino, colocando-o ao serviço do Povo Português. Para tal muito contribuiu o trabalho organizado das amplas massas estudantis com vista ao lançamento de uma Reforma Geral e Democrática do Ensino.

2º TEMA: A LUTA DOS ESTUDANTES PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO, PARTE INTEGRANTE DA SOCIEDADE EM GERAL, A RGDE, PROGRAMA DE ACÇÃO DOS ESTUDANTES PORTUGUESES.

A pesada herança do fascismo em todos os aspectos da vida do país são os materiais de que dispomos à partida para levar a cabo a grande tarefa de reconstrução Nacional.

Não só o ensino mas todo o contexto sócio-político-económico, no qual se insere o sistema educativo, são alvo de modificações que prosseguem ao ritmo da Revolução Democrática em que vivemos. Será este ~~mesmo~~ contexto que determinará, nas suas novas formas, o que será o ensino em Portugal, qual a extensão e a nova qualidade de um precioso aparelho ideológico de Estado.

A profundidade e que possamos levar as transformações no ensino e na educação, depende do nível de desenvolvimento de todo o processo revolucionário e do ponto até ao qual consigamos "trazer a própria revolução para dentro da Escola". No entanto os objectivos mais gerais da revolução democrática só serão alcançados na totalidade se, de imediato, forem avançadas medidas no sentido da concretização da RGDE.

Existe de facto uma interacção dialéctica entre a estrutura económica da sociedade e a sua supra estrutura, interacção essa que se desenvolve, no nosso caso, tanto mais quanto a situação original da dualidade de poderes existente em Portugal o permite: neste momento, desde o 25 de Abril, o poder económico nas mãos dos monopólios capitalistas, não coincide com o poder político, no qual tem maior peso o conjunto das forças democráticas. Esta situação não se poderá manter: Ou a Revolução atinge profundamente a estrutura económica, alterando qualitativamente as relações de produção existentes permitindo assim o prosseguimento do processo de democratização do Ensino, ou mais tarde, todo o sistema de educação e ensino se vê novamente determinado segundo as exigências de um poder económico que permanece intacto.

Na segunda solução, caem invariavelmente, tanto os que estão directamente empenhados na contra-revolução, como os que incorrendo em vícios economicistas se votam ao immobilismo, à demissão perante os objectivos imediatos da RGDE.

A posição dos estudantes portugueses é bem clara, mostrando o seu empenhamento no processo democrático em curso ao apontarem os aspectos e conclusões mais importantes que emanam da elaboração teórica e da análise que fizeram sobre o tema em questão:

1- A RGDE, grande objectivo dos estudantes e do povo português, no qual se inserem todas as tarefas parciais aqui expostas, só avançará decisivamente se forem introduzidas profundas alterações na estrutura económica da nossa sociedade, se forem avançadas medidas que visem directamente o enriquecimento do poder dos monopólios e a influência do imperialismo em Portugal.

2- Só a unificação de toda a formação profissional com o sistema educativo, e a respectiva interacção permitirá do ponto de vista da educação permanente, por um lado a elevação do nível científico e cultural das massas trabalhadoras, por outro a aproximação e inserção dos estudantes no contexto social em que vivem.

3- Acompanhando a construção de um estado verdadeiramente democrático, as Escolas não poderão deixar de se reger na sua vida interna pelo princípio da democraticidade. A participação de representantes dos vários Corpos da Escola na Gestão de mesma, nomeadamente através das Comissões Directivas, democraticamente eleitas, tal como nos aspectos da vida escolar, é mais do que uma mera conquista de direitos por parte dos estudantes. É uma das condições de

democratização de outros sectores do ensino.

Se a vida interna das escolas não se reger por aquele princípio, estas serão sempre um entrave à democratização do ensino em geral.

4- Só levando o saneamento até ao fim, tanto de pessoas como de métodos, se poderá preservar a democratização de todo o aparelho educativo.

5- Um dos factores determinantes do carácter do ensino fascista foi precisamente a impossibilidade dos estudantes filhos das massas trabalhadoras o atingirem, por isso a democratização geral do ensino passa necessariamente pela democratização do seu acesso.

Desde já e conscientes que a verdadeira democratização do acesso ao ensino só se dará com a construção da sociedade sem exploradores, sem explorados e sem classes, os estudantes portugueses apontam algumas medidas a curto prazo (pois que só a transformação profunda da sociedade permitiria a realização plena deste problema) no sentido de eliminar alguns dos entraves que se punham e põem à entrada de alunos provenientes das classes laboriosas à nossa escola:

a) Institucionalização de uma via de ingresso nas escolas superiores destinadas aos trabalhadores que nela queiram ingressar, sem que tenham de realizar o curriculum naturalmente exigido para o aluno normal.

b) Aumento radical de bolsas de estudo, tal como o seu quantitativo. Definição de um critério de concessão, tendo em consideração as capacidades do estudante, se baseie fundamentalmente nas suas possibilidades económicas. Instituição do pré-salário aspecto fundamental para a concretização da RGDE.

c) Incentivo oficial à criação dum amplo serviço de residências e cantinas para estudantes.

d) Melhoramento qualitativo dos estabelecimentos de ensino existentes e a criação de novos, orientados, sobretudo, para as necessidades do desenvolvimento regional.

e) Apoio estatal à edição e produção de material didáctico a preços acessíveis.

f) Obrigatoriedade das empresas cumprirem a legislação que faculta aos trabalhadores tempos livres para estudar.

g) Abertura imediata de cursos noturnos.

h) Início de uma política eficiente de transportes atendendo ao anacronismo dos horários escolares e à centralização de estabelecimentos de ensino.

6- Institucionalização do ensino pré-primário.

7- Na construção do novo sistema educativo, deve ocupar um lugar central o estabelecimento da via escolar única, parte integrante da luta pela RGDE. Hoje, o carácter e a tendência expressos pela evolução da situação política, permitem nos concluir que existem condições objectivas para, na actual etapa da luta do povo português pelo instauração de um

estado ampla e realmente democrática, se levar à prática a concessão "da via única".

São alguns aspectos da sua concretização:

a) Criação de um ensino básico unificado e obrigatório. Extinção das diferenças que existem entre o ensino liceal e o ensino técnico.

b) Restrição e progressiva extinção do ensino particular.

c) fim da divisão entre o ensino teórico-académico e o ensino prático-pragmático.

d) A extinção total da divisão em ensino médio e superior. Aqui um passo importante será dado com a transformação dos Institutos Industriais em Escolas Superiores de Engenharia, verdadeiramente democráticas e orientadas para os verdadeiros interesses do povo português.

e) Estabelecimento de uma idade legal mínima para efeitos de trabalho, pensado em termos de garantir uma eficaz escolaridade obrigatória.

f) Criação de centros de estudo politécnico.

8 - Como veículo e instrumento de vinculação ideológica que são, devem os métodos pedagógicos ser profundamente alterados e substituídos.

A avaliação contínua de conhecimentos, a ligação da teoria à prática, a actualização científica e o equilíbrio nos novos métodos pedagógicos, tal como a sua elaboração crítica, devem visar o desenvolvimento racional de todas as capacidades físicas e intelectuais dos estudantes.

O espírito de equipe, de cooperação, a criatividade e a capacidade crítica dos alunos, são constantes que devem estar presentes na formulação dos novos métodos pedagógicos.

A nova pedagogia pressupõe, por outro lado, a formação dos professores em moldes modernos que lhes permitam pôr em prática os aspectos mais avançados da ciência da educação.

É necessário que se organizem em Portugal cursos de reciclagem, e se criem cursos sérios de pedagogia, sociologia, e psicologia e se reestruturarem os já existentes.